

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: Mais impostos e menos gastos.....	3
Título: Reajuste terá impacto moderado na inflação	5
Título: Firjan e Fiesp criticam elevação de impostos sobre combustível.....	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: Governo dobra tributo e preço da gasolina pode aumentar em R\$ 0,41.....	8
Título: Alta no imposto de combustível deve ter impacto de até 0,6 ponto no IPCA	9
Título: Para distribuidoras, alta de tributo sobre etanol pode facilitar sonegação	10
Título: Alta nos combustíveis é efeito do enfraquecimento político de Temer	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	13
Título: Demanda de petróleo cresce acima do previsto	13
Título: Governo eleva imposto e decide cortar mais R\$ 5,9 bilhões no Orçamento	14
Título: Gasolina pode ficar até R\$ 0,41 mais cara na bomba.....	15
Título: Com imposto, previsão de IPCA sobe	16
Título: Vale puxa queda da Bolsa após dados de produção.....	18
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	18
Título: Gasolina fica R\$ 0,41 mais cara na bomba	18
VEÍCULO: Valor Econômico	19
Título: Traumas que marcam a Petrobras.....	19
Título: Nova rodada de concessões de petróleo atrai interesse de mais de 20 empresas.....	22
Título: Revisão de conteúdo local pode ter recurso à Justiça	23
Título: Petrobras vence disputa com ANP sobre royalties.....	24
Título: Governo corta mais R\$ 5,9 bi e sobe imposto	24
Título: China lidera e produção mundial de aço cresce 3%	26
Título: Destaques	27
Título: Petrobras tenta derrubar processo da J&F no Cade.....	28
Título: BBCE vê com otimismo reforma do setor elétrico.....	30

Título: S11D faz Vale ter recorde de produção de minério.....	31
---	----

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Martha Beck e Geralda Doca****Título: Mais impostos e menos gastos**

Para cobrir rombo, governo aumenta tributos sobre combustíveis e corta R\$ 5,9 bi em despesas.

BRASÍLIA- O forte aumento nas alíquotas do PIS/Cofins de gasolina, etanol e diesel, que renderá uma arrecadação de R\$ 10,4 bilhões este ano, não foi suficiente para cobrir o rombo das contas públicas. A equipe econômica anunciou ontem que, além de elevar imediatamente a carga tributária dos combustíveis, fará um contingenciamento adicional de R\$ 5,9 bilhões no Orçamento de 2017 para assegurar o cumprimento da meta fiscal, de déficit primário de R\$ 139 bilhões, ou 2,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Juntas, as medidas somam R\$ 16,3 bilhões. — Elas (as medidas) são necessárias pela queda da arrecadação em função da recessão, que afetou o resultado das empresas e do setor financeiro e refletiu os prejuízos acumulados nos últimos dois anos. As medidas fazem com que o mais importante seja preservado, que é o ajuste e a garantia de que teremos uma trajetória de crescimento.

O Brasil vai recuperar o crescimento no segundo semestre, e já vemos uma queda do desemprego — disse ontem o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, para justificar o aperto extra. O governo relutou em aumentar impostos, especialmente em um momento de baixa popularidade e fragilização política do presidente Michel Temer. Porém, diante do rombo, não viu outra alternativa. O Orçamento já está contingenciado em R\$ 39 bilhões. Com a tesourada adicional, o aperto subirá para quase R\$ 45 bilhões, o que impacta fortemente os investimentos e prejudica a prestação de serviços públicos. Esse valor corresponde, aproximadamente, a um Bolsa Família e meio, conforme o orçamento do programa previsto para este ano, de quase R\$ 30 bilhões. Por falta de dinheiro, já houve atraso na emissão de passaportes e prejuízo no funcionamento de agências do INSS.

RECEITAS EXTRAS

Assim, a única forma de fechar as contas sem comprometer a meta fiscal era buscar receitas extras. E como a inflação está sob controle, há espaço para que o aumento dos combustíveis ocorra sem prejudicar a política monetária. Segundo um interlocutor do Planalto, Meirelles chegou a sugerir ao presidente subir outros tributos para reforçar as contas e evitar cortes adicionais, mas Temer aceitou elevar apenas o PIS/Cofins sobre combustíveis porque este setor está tendo queda nos preços. A alíquota para gasolina subirá de R\$ 0,3816 para R\$

0,7925 por litro, uma alta de R\$ 0,41, que dará uma receita extra de R\$ 5,191 bilhões. No caso do diesel, o aumento será de R\$ 0,2480 para R\$ 0,4615 por litro (R\$ 0,21), com arrecadação de R\$ 3,962 bilhões. Para o etanol, haverá aumentos diferenciados para produtores e distribuidores. No primeiro grupo, a alíquota do PIS/Cofins subirá de R\$ 0,12 para R\$ 0,1309, dando uma arrecadação adicional de R\$ 114,9 milhões. Já para os distribuidores, ela sairá de zero para R\$ 0,1964, o que garantirá um reforço adicional de R\$ 1,152 bilhão aos cofres públicos. O aumento foi criticado pelas principais federações das indústrias.

‘CORTOU NO LIMITE, NO OSSO’

Pelas contas do governo, o aumento do PIS/Cofins, cujo decreto deve ser publicado hoje no Diário Oficial, deve resultar em uma alta de 7% para os consumidores. O ajuste nos tributos terá um impacto na inflação que, segundo especialistas, será de 0,5 ponto percentual. O governo também chegou a debater se seria o caso de mudar a meta fiscal do ano para permitir um rombo maior nas contas públicas diante da forte queda na arrecadação. No entanto, a conclusão foi que uma alteração do compromisso fiscal seria um retrocesso em termos de credibilidade, contou uma fonte. — Cortou no limite, no osso. Mas o governo tem que trabalhar com o que tem. Se a arrecadação melhorar nos próximos meses, poderá haver alguma flexibilização. Tudo vai depender do fluxo de receitas — comentou um assessor do Planalto. Por meio de nota, os ministérios do Planejamento e da Fazenda fizeram questão de informar que o novo contingenciamento é temporário e será compensado “por receitas extraordinárias que ocorrerão ainda este ano”.

Segundo interlocutores da equipe econômica, o governo tentou até o último minuto não cortar despesas, especialmente porque vários ministérios estão com pagamentos atrasados e reclamam da falta de recursos. Para isso, havia a previsão de incluir no novo relatório de avaliação fiscal, que será apresentado hoje, algumas receitas não tributárias, como depósitos judiciais da Caixa Econômica, que renderão R\$ 2 bilhões. Isso, no entanto, não foi possível por questões técnicas. No caso da Caixa, o banco tem que fazer uma auditoria nos valores antes que eles possam ser usados pelo governo. — O governo tentou colocar esses valores no relatório, mas não foi possível. Assim que forem liberados, os valores vão permitir a liberação do contingenciamento — disse um técnico. Sobre o aumento do PIS/Cofins, Fazenda e Planejamento informaram que ele é “absolutamente necessário tendo em vista a preservação do ajuste fiscal e a manutenção da trajetória de recuperação da economia brasileira”.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Marcello Corrêa e Ramona Ordoñez****Título: Reajuste terá impacto moderado na inflação**

Com safra recorde e política da Petrobras, analistas veem IPCA dentro da meta e corte de juros pelo BC.

O forte aumento das alíquotas de PIS/ Cofins sobre combustíveis — que mais do que dobraram no caso de gasolina e diesel — deve ter um peso de 0,5 ponto percentual sobre o IPCA, índice que mede a inflação oficial, estimam economistas consultados pelo GLOBO. Isso porque, na projeção do governo, o reajuste nas bombas deverá ficar em 7%. Não tem como passar despercebido pelo consumidor: no caso da gasolina, o desembolso no posto para encher um tanque de 45 litros subirá cerca de R\$ 18. Apesar do impacto, os analistas continuam a prever que o Banco Central (BC) cortará em pelo menos 1 ponto percentual a taxa básica de juros na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), na semana que vem. A avaliação é que fatores como a safra recorde, que mantém os preços dos alimentos em baixa, e a expectativa de que a Petrobras continue a reduzir os preços dos combustíveis nas refinarias nos próximos meses compensem o efeito inflacionário causado pelo imposto mais salgado. A conta mais pessimista é da economista Natália Cottareli, do banco ABC Brasil. Nos cálculos da analista, a maior parte do impacto, 0,4 ponto, virá do aumento da carga tributária sobre a gasolina. O 0,1 ponto restante será causado pela alta autorizada para o diesel. O efeito do etanol não entrou na projeção, por ser muito pequeno.

— Já prevíamos parte desse impacto em nossa projeção anterior. Agora, contanto, com essa alta de impostos, devemos revisar o IPCA de 3,8% para perto de 4% — explica a economista. Mesmo que essa previsão esteja correta, o índice oficial estará bem abaixo da meta estabelecida pelo governo, que é de 4,5%. E a projeção do ABC está acima da média do mercado. O mais recente Boletim Focus, do Banco Central, divulgado na última segunda-feira, mostrou que as expectativas para o IPCA fechado do ano recuaram de 3,38%, na semana passada, para 3,29%. Para André Braz, economista da FGV, o impacto não deve mudar a perspectiva da inflação de 2017: — Tem espaço de sobra para acomodar (a alta da gasolina). Se não fosse esse efeito, era bem provável fechar o ano abaixo de 3%. Se fechar em 3,3%, não muda nada. Tem algum contágio, como o impacto do diesel sobre fretes, mas, mesmo eles, não serão capazes de pôr areia no bom comportamento da inflação.

PREÇOS DO PETRÓLEO EM QUEDA

Eduardo Velho, economista-chefe da INVX Global Partners, avalia que o governo escolheu bem o momento para anunciar o aumento. Além de não interferir na perspectiva da inflação, a medida mostrou que o governo está comprometido com o cumprimento da meta fiscal, o que terá efeito positivo sobre a trajetória dos juros. Ele espera que a Selic, hoje em 10,25% ao ano, feche 2017 em 7,75% ao ano. Para a próxima reunião, espera que o Copom corte a taxa em mais 1 ponto percentual. — O impacto inflacionário é bem moderado, não vai impedir a queda de juros, muito pelo contrário — afirma o analista. No mês passado, a deflação de 0,23% — a primeira em 11 anos — foi parcialmente influenciada pela queda de 2,84% dos combustíveis. Foi a quinta queda seguida desse grupo de produtos, com destaque para o recuo de 2,65%. Agora, o aumento de imposto vai aparecer na inflação. Para se ter uma ideia, um motorista hoje enche um tanque de gasolina de 45 litros por R\$ 156,82, considerando o preço médio de R\$ 3,485 da gasolina apurado pela pesquisa semanal da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Com o aumento de R\$ 0,41 da alíquota de PIS/Cofins, o custo para abastecer o mesmo tanque saltará para R\$ 175,25, uma alta de cerca de R\$ 18 por tanque. Apesar do impacto do tributo, especialistas observam que os preços do petróleo no mercado internacional devem se manter em baixa, e o câmbio, estabilizado. Desde o dia 1º de julho, a Petrobras adotou uma política de preços para o diesel e a gasolina que prevê variações para cima ou para baixo quase diárias, para não perder mercado com as importações dos concorrentes. A partir de hoje, a Petrobras aumentou em 0,1% os preços da gasolina e em 2% os preços do diesel em suas refinarias. A estatal destaca que o aumento das alíquotas não altera sua política de preços de gasolina e diesel. “O petróleo continuará variando no mercado internacional e a política de preços da companhia tem como fundamento essa flutuação, já que o preço da Petrobras não pode ficar abaixo da paridade internacional e considera a concorrência dos importados”, informou a empresa.

ETANOL PODE PERDER COMPETITIVIDADE

O diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE), Adriano Pires Rodrigues, acredita que a Petrobras continuará reduzindo os preços nas refinarias porque os preços do petróleo deverão continuar em queda nos próximos meses por causa dos excedentes do produto. Ontem, o petróleo Brent, referência no mercado internacional, foi cotado a US\$ 49,31 o barril e, segundo Pires, continuará com sua cotação abaixo dos US\$ 50. O ponto negativo da medida, diz, foi a alta da alíquota sobre o etanol: — Com o petróleo em baixa e câmbio estável, foi o momento certo de aumentar as alíquotas de gasolina e diesel. Mas o governo não deveria ter aumentado o imposto do etanol, porque isso vai aumentar a sonegação e vai reduzir a sua competitividade em relação à gasolina.

O advogado especialista Cláudio Pinho afirma que agora será o momento de a Petrobras demonstrar independência na política de preços dos combustíveis em relação à União: — Por conta dos preços internacionais do petróleo e do câmbio, a tendência da política de preços da Petrobras será haver pequenas variações para cima ou para baixo, como vinha fazendo. Antes do aumento na alíquota definido pelo governo, o PIS/Cofins representava 11% do preço final do litro da gasolina. Somados aos 31% médios de ICMS, o consumidor já pagava 42% em impostos quando abastecia. No caso do diesel, antes da nova alíquota, do preço total, 9% se referiam ao PIS/Cofins. Somado o ICMS, a carga tributária final no diesel já chega a 26%.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Firjan e Fiesp criticam elevação de impostos sobre combustível

Entidades alertam para agravamento da crise. Preço do frete deve subir até 4%, prevê associação.

As federações das indústrias de Rio de Janeiro (Firjan) e São Paulo (Fiesp) condenaram o aumento das alíquotas do PIS/ Cofins para combustíveis. Para a Firjan, a saída para a crise fiscal não é elevar impostos, e sim adequar os gastos públicos, principalmente por meio de reformas. Segundo a entidade, o aumento dos tributos vai agravar o cenário industrial. “O país precisa de reformas, e não de mais impostos. Além de um teto para os gastos, o Brasil necessita de um teto para os impostos (...) Não é o momento de onerar o custo do transporte e da produção para as indústrias, que tentam sobreviver à pior recessão da história”, diz a nota. A Firjan teme o fechamento de mais empresas.

“Na prática, isso significa que novos aumentos de impostos podem resultar em queda, e não em aumento da arrecadação, simplesmente porque o próprio Fisco está expulsando os contribuintes da base de arrecadação tributária”. Em nota intitulada “O que é isso ministro? Mais imposto?”, o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, declarou-se “indignado” com o anúncio. “Aumentar imposto não vai resolver a crise; pelo contrário, irá agravá-la bem no momento em que a atividade econômica já dá sinais de retomada”. Em entrevista ao “Jornal Nacional”, o presidente da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística, José Hélio Fernandes, estimou que o custo do frete, dependendo da distância, pode subir até 4%. Estima-se que o combustível responda por cerca de 40% do custo do frete. — Não tem como não repassar — afirmou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Mariana Carneiro, Maeli Prado, Marina Dias, Bruno Boghossian e Julio Wiziack****Título: Governo dobra tributo e preço da gasolina pode aumentar em R\$ 0,41**

Sem saída para gerar novas receitas, o governo aumentou os impostos cobrados sobre combustíveis e congelou mais R\$ 5,9 bilhões em despesas, aprofundando o arrocho na máquina pública e pondo em risco a continuidade de serviços no próximo mês.

Em março, a equipe econômica já tinha bloqueado R\$ 42 bilhões do Orçamento, mas pouco depois foi preciso liberar R\$ 3 bilhões para gastos obrigatórios com saúde.

Em busca de apoio no Congresso para barrar a denúncia criminal apresentada pelo Ministério Público contra ele, o presidente Michel Temer também liberou R\$ 1 bilhão para projetos patrocinados por parlamentares em suas bases eleitorais.

Assessores do presidente dizem que o novo bloqueio de gastos será revisto assim que algumas medidas "de curto prazo" forem tomadas.

O governo espera receber pagamentos em atraso da concessionária que administra o aeroporto do Galeão (RJ), que deve render R\$ 3,5 bilhões, e arrecadar mais com a venda da Lotex (loteria conhecida como raspadinha), entre outras providências.

A decisão do governo de aumentar impostos foi anunciada nesta quinta (20) em nota conjunta do Ministério da Fazenda e do Planejamento, às vésperas do vencimento do prazo para a revisão bimestral do Orçamento da União.

Em solenidade no Palácio do Planalto, Temer disse que seu governo não será "arauto do catastrofismo", que é necessário demonstrar otimismo e que sua gestão trata "com seriedade o dinheiro do pagador de impostos".

O presidente resistia ao aumento de tributos, mas acabou cedendo porque, com a crise política, não foi possível aprovar a reforma da Previdência ou medidas que trariam mais receitas extraordinárias, como o programa de refinanciamento de dívidas de empresas com a Receita.

"A política atrapalhou, infelizmente", disse à **Folha** o ministro Moreira Franco (Secretária-Geral da Presidência). "Ninguém gosta de aumentar impostos. Nosso objetivo é diminuir a carga fiscal, mas não podíamos comprometer o avanço que já tivemos".

COMBUSTÍVEIS

O governo dobrou as alíquotas de PIS e Cofins da gasolina e elevou em 86% a do diesel. O resultado é que, a partir desta sexta (21), o litro da gasolina poderá sofrer reajuste de até R\$ 0,41, e o do diesel, de R\$ 0,21. No etanol, a alta poderá chegar a R\$ 0,20.

O governo espera arrecadar R\$ 10,4 bilhões até o final deste ano com a medida. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que o aumento de tributos era a única saída neste momento para elevar as receitas do governo, que vêm diminuindo com a recessão.

"Houve queda da arrecadação, pelo resultado das empresas e do setor financeiro, que refletiram prejuízos acumulados nos últimos dois anos que estão sendo amortizados agora", disse Meirelles.

Se liberasse recursos, o governo teria de rever a meta deste ano, que prevê déficit de R\$ 139 bilhões. Meirelles disse que o país voltará a crescer no segundo semestre e a arrecadação também.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Flavia Lima

Título: Alta no imposto de combustível deve ter impacto de até 0,6 ponto no IPCA

A elevação das alíquotas de PIS/Cofins sobre combustíveis deve adicionar entre 0,5 ponto e 0,6 ponto percentual à inflação de 2017, de acordo com economistas. A gasolina responderá por quase a totalidade dessa alta, em especial pelo seu peso no IPCA.

Tendo como ponto de partida a mediana das projeções para a inflação reunidas Boletim Focus, do Banco Central, em 3,29%, é possível dizer que os preços fecharão 2017 próximos de 4%.

Dessa forma, a alta dos tributos neste ano afasta a hipótese de a inflação encerrar 2017 abaixo do piso fixado para a meta, de 3%, como já sinalizavam algumas previsões.

Além disso, evita pressão adicional sobre os preços no próximo ano, pois a medida, dizem economistas, teria de ser inevitavelmente adotada.

O movimento já era esperado pelo mercado, mas não na intensidade anunciada.

O que ilustra, dizem economistas, o quanto o governo precisa reanimar a arrecadação e fechar suas contas.

O anúncio de alta dos tributos foi feito no dia em que a prévia da inflação de julho caiu para 2,8% em 12 meses, abaixo do piso da meta.

Economistas dizem, porém, que os efeitos da alta dos tributos são mais amplos. O diesel mais caro, por exemplo, pode elevar o custo do frete e do transporte público.

Flavia Serrano, do Haitong, espera impacto conjunto da elevação de tributos sobre gasolina, diesel e etanol de 0,50 ponto sobre a inflação.

A inflação esperada para o ano (+3,6%) já incorporava certo aumento dos tributos. Mas, como a alta veio mais forte do que o esperado, os preços devem subir 3,8% no ano.

Márcio Milan, da Tendências, estima efeito de 0,63 ponto sobre os preços, o que também levará a um IPCA de 3,8%.

Para Leonardo Costa, da Rosenberg, o impacto será de 0,5 ponto. Com isso, a projeção para o IPCA do ano muda de alta de 3% para 3,5%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Para distribuidoras, alta de tributo sobre etanol pode facilitar sonegação

O aumento da cobrança de PIS/Cofins sobre as vendas de etanol, anunciada nesta quinta (20) pelo governo, pode abrir espaço para aumento da sonegação de impostos no setor, dizem distribuidoras de combustíveis.

Elas reclamam da instituição de uma alíquota sobre a distribuição, que será de R\$ 0,19 por litro, quase dez anos após mudança na tributação do setor para reduzir a possibilidade de sonegação.

Em 2008, o governo decidiu concentrar a cobrança nas usinas para conter o crescimento de distribuidoras que deixavam de recolher os tributos.

"Foi uma luta de anos de todo o setor", disse Leonardo Gadotti, presidente do Sindicom (Sindicato das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes), que representa as grandes empresas do ramo.

"Esse dinheiro que o governo espera arrecadar [com o novo PIS/Cofins] sobre o etanol, pode não chegar, já que existe a possibilidade de novo crescimento das distribuidoras que não cumprem a lei", completou.

Empresas sonegadas tiveram grande participação no mercado de etanol no início da década passada: quando a mudança na tributação foi definida, em janeiro de 2008, o mercado estimava que cerca de 25% das vendas eram feitas sem o recolhimento de PIS/Cofins.

O consultor Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), acrescenta que, além do risco de aumento da sonegação, a alta do imposto sobre o etanol reduz a competitividade do biocombustível em comparação à gasolina.

"O aumento de tributo dobre o etanol representa apenas 10% da arrecadação adicional esperada pelo governo. Não justifica a perda de competitividade do combustível. Parece que foi uma decisão tomada por quem não entende nada do mercado de etanol", comentou.

Ele avalia, porém, que o momento é propício para aumentar os impostos na gasolina, já que os preços estão baixos no mercado internacional e não há perspectivas de alta no curto prazo.

Mas, na sua opinião, a alta deveria ser feita por meio da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), instituída para funcionar como uma espécie de colchão sobre os preços dos combustíveis, com alíquotas maiores quando os preços estão baixos e vice-versa.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo

Seção: Mercado

Autor: Bruno Boghossian

Título: Alta nos combustíveis é efeito do enfraquecimento político de Temer

A demora na recuperação da atividade econômica também não ajudou, mas a decisão do governo de aumentar tributos sobre combustíveis é principalmente um efeito da crise política.

Nos dois meses desde que foram reveladas as delações da JBS, Michel Temer gastou boa parte de sua força no Congresso para simplesmente sobreviver. Restou pouco capital político para convencer os parlamentares a aprovar medidas que aumentariam as receitas e equilibrariam as contas do governo.

Enfraquecido, o presidente viu congressistas praticamente inviabilizarem uma arrecadação estimada em R\$ 18 bilhões neste ano —mais que suficiente para cobrir o valor que entrará nos cofres públicos com o pesado aumento de tributos sobre combustíveis.

Faltou poder ao governo para convencer um parlamentar do PMDB, partido do presidente, a manter o texto do programa de renegociação de dívidas tributárias, o Refis.

Ignorando o Planalto, o relator Newton Cardoso Jr. (MG) mudou as regras para beneficiar devedores e reduziu a previsão de receitas de R\$ 13,3 bilhões para pouco mais de R\$ 400 milhões.

O presidente também ficou sem força para empurrar pelo Congresso a medida que previa o fim da desoneração da folha de pagamento de cerca de 50 setores. Queria arrecadar R\$ 4,8 bilhões neste ano, mas os parlamentares decidiram fazer o governo esperar até 2018.

Temer e seus ministros se vangloriavam de ter um apoio massivo no Congresso. Elaboraram uma agenda de reformas fiscais duras, desenhada a partir da esperada fidelidade dessa base aliada. A turbulência provocada pelas acusações de corrupção contra o presidente mudou as expectativas do Planalto.

Nas últimas semanas, quando o governo contava centavos para fechar as contas, nem passou pela cabeça dos ministros de Temer buscar medidas que dependessem do Congresso.

A decisão de aumentar tributos sobre combustíveis foi a solução: feita por decreto, não precisa de aval dos parlamentares.

O presidente ainda parece acumular força suficiente para sobreviver à votação no plenário da Câmara da denúncia por corrupção apresentada contra ele, mas o custo é alto. Inclui R\$ 1 bilhão em emendas liberadas neste momento de contas apertadas.

Preocupado em se salvar, Temer gasta quase todo o poder político que ainda detém. Sobra pouco para tocar a agenda do "presidente reformista" que almejava ser.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Editorial****Autor:****Título: Demanda de petróleo cresce acima do previsto**

O aumento da produção em junho não evitou uma alta de preços do petróleo, pois o crescimento da demanda foi muito forte tanto nos países-membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como em países emergentes. É um cenário favorável para o Brasil e, especificamente, para a Petrobrás, cuja produção é crescente. “Indicadores preliminares dão conta de que o crescimento da demanda global, após cair para o nível mais baixo de 1 milhão de barris/dia (b/d) no primeiro trimestre, ricocheteou para 1,5 milhão de b/d no segundo trimestre”, segundo os especialistas responsáveis pelo Relatório do Mercado de Petróleo da Agência Internacional de Energia (IEA, na versão em inglês), distribuído há alguns dias.

A IEA é a principal fonte de informação independente sobre o mercado global de petróleo e é financiada pela OCDE. Em junho, a oferta de petróleo aumentou em 720 mil b/d, para 97,46 milhões de b/d, e só os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) elevaram a produção para 32,6 milhões de b/d, o maior nível deste ano. A Arábia Saudita, maior produtora de óleo bruto, continuou refreando a oferta em junho, enquanto a Líbia e a Nigéria atuavam em direção oposta. Daí o temor gerado por notícias sobre uma queda da produção nigeriana nos primeiros dias de julho, o que empurrou os preços para cima. A IEA prevê que a demanda de petróleo cresça 1,5% neste ano, para 98 milhões de b/d, e mais 1,5% em 2018, para 99,4 milhões de b/d.

Se as cotações do dólar continuarem moderadas ou caírem em relação a outras moedas fortes, em decorrência de uma política pouco agressiva do banco central norte-americano (o Fed), a procura por petróleo deverá aumentar. Será possível, nesta hipótese, reconstituir os estoques, hoje considerados insatisfatórios pelos especialistas. O Brasil tem mostrado resultados positivos, segundo a IEA. A produção cresceu conforme as expectativas em maio, após a Petrobrás ter concluído os trabalhos de manutenção de suas plataformas. A produção da estatal aumentou 114 mil b/d entre abril e maio e superou em 166 mil b/d a de igual período do ano passado. Com boa gestão e mais produtividade, a Petrobrás, como exportadora, tem condições de aproveitar a recuperação da demanda e dos preços.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Adriana Fernandes****Título: Governo eleva imposto e decide cortar mais R\$ 5,9 bilhões no Orçamento**

Contas públicas. Aumento na alíquota de PIS e Cofins para combustíveis gera uma receita extra de R\$ 10,4 bi para a União, mas ainda assim não foi suficiente para cobrir o rombo nas contas deste ano; bloqueio de despesas ameaça prestação de serviços públicos

O presidente Michel Temer anunciou ontem um corte adicional de R\$ 5,9 bilhões no Orçamento deste ano. A decisão é mais uma ameaça à prestação de serviços públicos essenciais, que já estava estrangulada com o corte de R\$ 39 bilhões anunciado no início do ano. Dessa vez, o novo bloqueio veio acompanhado do aumento de PIS e Cofins para gasolina, diesel e etanol. No caso da gasolina, a alíquota quase dobrou. A projeção é de que a alta na tributação dos combustíveis resulte em receita extra de R\$ 10,4 bilhões até o fim do ano. Ainda assim, a cifra não foi suficiente para evitar o novo corte. O anúncio conjunto das duas medidas acontece justamente no momento em que o presidente busca apoio político para conseguir permanecer no cargo depois do pedido de afastamento apresentado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra ele.

Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, o governo espera reverter em duas semanas o aperto adicional, que eleva o bloqueio atual do Orçamento para R\$ 44,9 bilhões. Antes, terá de provar ao Tribunal de Contas da União (TCU) a viabilidade do ingresso de novas receitas. Entre elas, estão R\$ 2 bilhões de precatórios (pagamentos de valores devidos em ações judiciais que não foram resgatados na Caixa), outros R\$ 2 bilhões da renegociação do contrato de concessão do aeroporto Riogaleão e R\$ 800 milhões de uma medida regulatória ainda não editada para recuperar benefícios pagos indevidamente a pessoas que já morreram. Com ministérios e órgãos reclamando que a restrição orçamentária prejudica a oferta de serviços públicos – como emissão de passaportes pela PF – até a semana passada, o governo tinha a esperança de que seria possível liberar R\$ 4 bilhões, com a aprovação da lei que permite o resgate de precatórios. Mas a expectativa de arrecadação com essa medida não foi suficiente para garantir a liberação.

Desde que Temer assumiu o cargo, a ala política do governo resistia a fazer um aumento forte de imposto, apesar das sucessivas frustrações de receitas e dos alertas da área econômica. Durante o processo do impeachment de Dilma Rousseff, Temer teve o apoio de empresários contrários ao aumento da carga tributária e, por isso, a medida era um tabu para o Planalto. Apesar do desgaste político, o governo agora optou em garantir o cumprimento da meta fiscal, que

não pode ultrapassar o déficit de R\$ 139 bilhões neste ano. Até o início da tarde de ontem, a equipe econômica buscava aumentar as previsões de receitas para diminuir a necessidade de corte para um nível de R\$ 2 bilhões, mas não conseguiu. A possibilidade de elevação de outros tributos, como o IOF sobre câmbio e crédito, foi estudada, mas acabou sendo descartada.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Eduardo Rodrigues Idiana Tomazelli

Título: Gasolina pode ficar até R\$ 0,41 mais cara na bomba

Nova alíquota do PIS/Cofins para o combustível mais que dobrou; medida foi criticada por entidades empresariais como a Fiesp.

Com a decisão do governo de aumentar o PIS/Cofins sobre os combustíveis para melhorar a arrecadação, o litro da gasolina vai ficar até R\$ 0,41 mais caro nas bombas a partir de hoje, caso haja repasse integral ao consumidor. A medida despertou a ira de entidades empresariais como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), que já reclamavam da elevada carga tributária no País. Já a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) reclamou do egoísmo do governo federal ao elevar um tributo que não é compartilhado com os municípios. Para a gasolina, a alíquota mais que dobrou. Só de PIS/Cofins, o desembolso será de R\$ 0,7925 por litro após a alta.

O decreto com o aumento do tributo será publicado hoje no Diário Oficial da União (DOU) e tem vigência imediata. No caso do diesel, a alíquota subirá de R\$ 0,2480 para R\$ 0,4615 o litro nas refinarias, que podem repassar o valor integral ao consumidor. O etanol não escapou dos reajustes, embora representantes do setor tenham intensificado reclamações sobre a falta de competitividade do combustível diante do baixo preço da gasolina. Para o produtor, a alíquota subiu um centavo, para R\$ 0,1309 por litro. Na distribuição, o impacto será mais forte, pois o PIS/Cofins estava zerado e passará a R\$ 0,1964 por litro. A área econômica espera obter R\$ 10,4 bilhões ainda este ano com os aumentos. Na nota divulgada ontem à tarde, o governo argumentou que a medida é “absolutamente necessária” para a preservação do ajuste fiscal e a manutenção da trajetória de recuperação econômica.

A equipe econômica optou pelo aumento do PIS/Cofins porque a entrada de recursos nas contas públicas é imediato, em vez de demorar 90 dias como no caso da Cide. Outra vantagem é que o tributo reajustado não é dividido com Estados e municípios. A opção desagradou os prefeitos. “A crise afeta todos os entes federados e as soluções deveriam contemplar esse cenário”, disse a FNP. Entidades que apoiaram o impeachment de Dilma Rousseff e deram respaldo ao

governo Michel Temer divulgaram nota “indignadas” com a alta de tributos. A Fiesp, que em 2015 colocou um pato inflável na Avenida Paulista contra o aumento de impostos, ameaça retomar a estratégia.

“Mantemos nossas bandeiras e convicções, independentemente de governos”, disse a Fiesp, presidida por Paulo Skaf, filiado ao PMDB. Sem muitas saídas, a ala política do governo já procurava desde ontem minimizar o estrago pregando que o aumento não terá grande impacto no bolso do consumidor. Além disso, o efeito na inflação seria amenizado porque a gasolina tem sofrido seguidas reduções de preços. Esta é a segunda vez no ano que o governo aumenta impostos para tentar cumprir a meta de déficit primário de R\$ 139 bilhões. Em março, foi anunciado o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras para cooperativas de crédito. O governo também tenta reonerar a folha de pagamento para 50 setores. A ideia era voltar a recolher a contribuição previdenciária sobre salários pagos, e não sobre o faturamento. A medida entraria em vigor este mês – e reforçaria em R\$ 2,2 bilhões a arrecadação de tributos –, mas relatório aprovado no Congresso adiou a cobrança para 2018.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Daniela Amorim

Título: Com imposto, previsão de IPCA sobe

Aumento da alíquota de PIS/Cofins sobre combustíveis pode levar a alta de 0,5 ponto percentual na inflação do ano; em julho, deflação é de 0,18%

O aumento do PIS/Cofins sobre combustíveis levou o mercado a rever as projeções para a inflação deste ano. Ontem, logo após o anúncio das medidas, economistas já estimavam um impacto de 0,51 ponto percentual no índice de preços. “A alta surpreendeu bastante. Esperávamos em torno de R\$ 0,10 para gasolina”, diz o economista Leonardo França Costa, da Rosenberg Associados. A alíquota do PIS/Cofins para a gasolina mais que dobrará, passando dos atuais R\$ 0,3816 por litro para R\$ 0,7925 por litro. “Ainda assim, o cenário para inflação segue tranquilo. Mesmo se vierem outros aumentos, o IPCA ainda pode fechar abaixo do centro da meta de 4,5%”, pondera. O economista-sênior do banco de investimentos Haitong, Flávio Serrano, alterou sua projeção do IPCA para o ano de 3,6% para 3,7% em virtude da alta da alíquota. Ele esperava um aumento de R\$ 0,30 por litro da gasolina, mas a alta foi de R\$ 0,41. Ontem pela manhã, antes do anúncio das medidas do governo federal para conter o rombo no Orçamento, a prévia da inflação oficial no País surpreendeu positivamente o mercado.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA- 15) teve deflação de 0,18% em julho, a maior queda de preços em 14 anos, segundo o Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) A taxa acumulada em 12 meses desacelerou de 3,52% em junho para 2,78% em julho, a mais baixa desde março de 1999. As famílias gastaram menos com os alimentos consumidos em casa, como batata-inglesa, tomate e frutas. Também houve redução nas despesas com combustíveis: tanto a gasolina quanto o etanol ficaram mais baratos. “Os alimentos acumulam um aumento de 0,11% nos últimos 12 meses, ou seja, praticamente zero. Nos 12 meses anteriores, encerrados em julho de 2016, a alta de preços acumulada era de 13,3%. Foi uma desaceleração muito forte, com impacto enorme sobre a inflação, porque os gastos com alimentação e bebidas respondem por cerca de 25% da despesa das famílias”, apontou o analista Everton Carneiro, da RC Consultores.

Assim que o resultado do IPCA- 15 foi divulgado começou a se cogitar no mercado uma queda ainda mais forte na taxa básica de juros, a Selic, podendo chegar em dezembro abaixo de 8%. Mas o aumento das alíquotas de PIS/Cofins para combustíveis impôs uma cautela maior nas projeções. “O quadro benigno ainda prevalece, porém a discussão que tende a começar é em relação à taxa terminal para Selic, se será na faixa de 8%, ou menor que essa marca. Talvez a estimativa de ficar abaixo de 8% tenha morrido”, diz o economista Leonardo França Costa, da Rosenberg Associados. Antes da divulgação dos aumentos, a Rosenberg cogitava a possibilidade de diminuir sua projeção para Selic no encerramento deste ano, já que o IPCA- 15 de julho voltou a surpreender o mercado com um resultado menor que o previsto. Agora, a consultoria prefere manter a expectativa de juros em 8% no fim de 2017. “Também mantemos a previsão de corte de um ponto porcentual no encontro da semana que vem. O quadro para inflação ainda segue favorável.”

O Comitê de Política Monetária do Banco Central decide os rumos da Selic nos dias 25 e 26 de julho. A taxa básica de juros está atualmente em 10,25% ao ano. Recessão. Em julho, o IPCA- 15 trouxe reduções de preços de Alimentação e bebidas (- 0,55%), Transportes (-0,64%) e Artigos de residência (-0,55%). Everton Carneiro, da RC Consultores, lembrou que o freio nos preços dos produtos alimentícios tem ligação com a recessão econômica, mas, sobretudo, com a safra recorde de grãos prevista para este ano. Assim como houve ajuda relevante das lavouras em 2017, o movimento pode se inverter no futuro, caso as condições climáticas sejam adversas. “A queda na inflação é menos estrutural do que alguns do mercado consideram. É difícil acreditar que vá ficar comportada por muitos anos, porque a inflação é muito volátil no Brasil”, alertou o analista da RC Consultores. O Goldman Sachs pondera ainda que a inflação de serviços segue em nível elevado mesmo com a profunda recessão e a alta taxa de desemprego no País. Segundo a instituição, os serviços tiveram alta de 5,5% nos 12 meses encerrados em julho.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor:****Título: Vale puxa queda da Bolsa após dados de produção**

A produção de minério de ferro da Vale no segundo trimestre do ano foi de 91,849 milhões de toneladas, alta de 5,8% na comparação com o mesmo período do ano anterior, divulgou ontem a companhia. O volume é o maior já produzido pela mineradora em um segundo trimestre. Apesar do aumento no volume, a companhia informou que fará ajustes em sua produção total durante o segundo semestre. A estratégia é reduzir a extração de produtos de alta sílica, com qualidade mais baixa e custos mais elevados. Com a diminuição nesse segmento, a produção total da empresa em 2017 deverá ficar no limite inferior da faixa prevista, que era de 360 milhões a 380 milhões de toneladas. A divulgação da estimativa fez com que os papéis da mineradora fechassem ontem entre as maiores baixas do Ibovespa – principal índice de ações da B3, nova denominação da Bolsa paulista.

O papel PNA da companhia recuou 3,71%, enquanto as ações ON caíram 3,95%, ajudando o pregão a encerrar o dia no vermelho. Recuo chinês. Segundo analistas, o resultado foi influenciado também por dados internacionais, entre eles a queda nas exportações para clientes chineses. Um relatório do BTG Pactual elaborado antes da divulgação dos números do segundo trimestre já apontava a expectativa de que o resultado da companhia viesse fraco devido a exportações menores, preços baixos e queda dos contratos futuros com a China. Apesar da previsão mais conservadora para este ano, a maior produtora de minério de ferro do mundo afirmou ainda que continua a ter como meta de longo prazo uma produção anual de 400 milhões de toneladas.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor:****Título: Gasolina fica R\$ 0,41 mais cara na bomba**

O aumento na tributação dos combustíveis, que começa a valer a partir de hoje, vai acabar com a alegria de quem, nos últimos dias, tem visto a queda de preços nos postos de revenda. O litro da gasolina poderá ficar R\$ 0,41 mais caro nas bombas, de acordo com o Ministério da Fazenda, e o diesel subirá R\$ 0,21. Levando em consideração um carro que tem capacidade para 45 litros, o consumidor pode passar a desembolsar R\$ 35 só de PIS-Cofins para completar o tanque com gasolina, uma alta de R\$ 18 em relação ao que gasta hoje. Isso porque a alíquota do tributo passou de R\$ 0,30 para R\$ 0,79 por litro.

Qualquer reajuste adicional no combustível tem um impacto direto na inflação e nos custos de quase toda a cadeia produtiva — da agricultura até a fabricação de aviões. O reajuste, segundo analistas, vai provocar impacto de até 0,65 ponto percentual no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Um caminhão com capacidade para 150 litros pode ter que pagar R\$ 31,50 a mais com o reajuste esperado para o óleo diesel.

A elevação do PIS-Cofins sobre os combustíveis foi anunciada ontem após várias reuniões da equipe econômica e de um encontro do presidente Michel Temer com os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira. O decreto com o aumento, assinado por Temer, foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União. As novas alíquotas passam a valer a partir de hoje. A expectativa do governo é arrecadar R\$ 10,4 bilhões a mais, neste ano, para tentar cumprir a meta fiscal, que prevê um déficit de, no máximo, R\$ 139 bilhões nas contas federais.

A nova alíquota de PIS-Cofins sobre o litro da gasolina é a máxima permitida por lei. No diesel, o tributo passou de R\$ 0,24 para R\$ 0,46 por litro. A medida tem efeito direto nas refinarias, mas o aumento deve ser repassado para os consumidores. A cobrança sobre a produção de etanol subiu de R\$ 0,12 para R\$ 0,13. O produto não era taxado na distribuição, mas agora a taxa será de R\$ 0,19 em cada litro.

O governo defendeu o aumento do PIS-Cofins como necessário para “a preservação do ajuste fiscal e a manutenção da trajetória de recuperação da economia brasileira”. “O Brasil de fato vai recuperar o crescimento. Já existem dados positivos, mas nossa expectativa é de crescimento e queda do desemprego no segundo semestre”, afirmou Meirelles.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Claudia Safatle

Título: Traumas que marcam a Petrobras

Ao avaliar o seu primeiro ano na presidência da Petrobras, Pedro Parente disse que o que mais o tem surpreendido nesse período é a paralisia da gerência da empresa. “A média gerência está amedrontada, paralisada”, segundo ele, com os desdobramentos das investigações da Operação Lava-Jato e não quer se comprometer com o menor risco de envolvimento na operação da estatal. O processo decisório na companhia está travado “porque eles respondem com o CPF”, contou o presidente da estatal durante jantar com um pequeno grupo de jornalistas e empresários, promovido pelo site de notícias Poder 360.

Parente relatou que há poucos dias conheceu um gerente executivo da área financeira da empresa que estava "na posição errada na hora errada", ao substituir por um dia o gerente executivo que seria o responsável pela assinatura do contrato de compra da refinaria de Pasadena. Justamente nesse dia o contrato foi consumado. O funcionário, que não teve qualquer participação na aquisição da refinaria que tornou-se símbolo de escândalo, assinou a papelada e no curso das investigações teve seus bens bloqueados. Só muito recentemente o Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou o desbloqueio.

Ele disse que em um evento público o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira, comentou que estava com inveja da Petrobras, cuja dívida corresponde a cinco vezes a geração de caixa da estatal, enquanto que na holding do setor elétrico essa relação é de oito vezes. Ferreira falou também que todo o papel que assina precisa estar acompanhado de um parecer do jurídico. Nesse momento Parente o interrompeu "Você está brincando! Agora quem está com inveja sou eu, porque preciso de parecer do jurídico, da contabilidade, da área de conformidade, da tributária. São no mínimo cinco ou seis pareceres para cada decisão!".

O temor dos funcionários da petroleira fica evidente na elaboração dos pareceres. Segundo Parente, eles listam uma série de riscos, mas não dizem que apesar dos riscos e das atividades mitigadoras a decisão deve prosseguir ou ser interrompida. Na semana passada houve uma reunião com toda a média gerência da empresa para tratar desses problemas. "A melhor maneira de não correr riscos é não fazer nada", comentou.

Citou, ainda, um exemplo concreto do nível de dificuldade que a direção enfrenta: a Petrobras estava com alguns cascos de plataformas em poder de uma das empresas envolvidas na Operação Lava-Jato e que estava sob administração de uma contratada. Era preciso fazer um acordo com a empresa para retirar esses cascos antes que ela entrasse em recuperação judicial, para evitar um atraso na produção cujo custo para a estatal é imenso. Essa era uma discussão sobre renúncia de direito, o que, por si só, já é um problema para qualquer funcionário público. A estatal tinha um direito contra o estaleiro que estava falido. A máquina da Petrobras teve enorme dificuldade de lidar com esse caso, comentou.

Para superar o trauma que ficou nas pessoas que trabalham na estatal - dano que causa prejuízos intangíveis - é preciso um trabalho de gestão da cultura da empresa e muita transparência. "As pessoas tem que entender que Petrobras está lá para operar e não para não operar", sublinhou.

A recuperação da petroleira não tem sido um caminho fácil. Além dos problemas econômico-financeiros, do programa de desinvestimentos, a área de recursos humanos enfrenta, segundo o presidente da companhia, pelo menos dois desafios: administrar o impacto negativo do fim do projeto irrealista dos

governos do PT e do fim da hegemonia do sindicato, que beneficiou os funcionários da empresa com aumentos salariais superiores à inflação por vários anos. Como a estatal quase quebrou, hoje ao menos eles vêm que há um plano consistente de recuperação.

Parente disse que não saberia mensurar o tempo necessário para sanear a companhia e curar os danos "emocionais" sobre o corpo de funcionários, deixados pelo propinoduto desvendado no curso da Lava-Jato.

Ele espera, no entanto, que seja possível até o fim de 2018, antes da troca de governo, criar um conjunto de regras para que quem vier lhe suceder se veja obrigado a prosseguir na linha da boa governança. Esse arcabouço deve abarcar a política de preços dos combustíveis - determinados pelo mercado internacional do óleo -, a não interferência política na direção da empresa e a tomada de decisões em total acordo com as responsabilidades econômico-financeiras da petroleira

Antes de ser sancionada a nova lei das estatais, no fim de julho de 2016, ainda houve duas tentativas de emplacar nomeações políticas na Petrobras. Elas foram resolvidas por um simples telefonema em que Parente disse que isso não era o combinado, contou ele sem revelar os interlocutores que, segundo comentou, entenderam sem maiores discussões. Caso encerrado.

A Petrobras se prepara para as licitações das oito áreas do pre-sal em outubro. Ele confirmou que a empresa pretende exercer o direito de preferência sobre três dessas áreas (Sapinhoá, Peroba e Alto de Cabo Frio Central).

O regime de partilha não se mostrou um problema para a exploração do pré-sal, considerou, mas a exigência de que a Petrobras fosse operadora única em todos os poços levou a um atraso de pelo menos dez anos. Hoje, alegou, o país poderia estar com uma série de campos de petróleo em produção, caso a regra não tivesse existido.

A definição estratégica é que ela seja uma empresa integrada de óleo e gás e este, em uma economia de baixo carbono, terá que assumir maior participação no portfólio da Petrobras. A produção de gás será crescente e o preço do gás será compatível com a cotação externa.

O plano para a indústria naval que levou o governo do PT a incentivar a construção de mais de meia dúzia de novos estaleiros foi produto da "megalomania". A Petrobras não terá novas encomendas para essas instalações e os que não forem viáveis terão que procurar um outro destino, para desespero de quem acreditou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: André Ramalho****Título: Nova rodada de concessões de petróleo atrai interesse de mais de 20 empresas**

Ao menos 23 petroleiras monitoram oportunidades de negócios na 14ª rodada da Agência Nacional de Petróleo (ANP). A duas semanas do prazo final para inscrição na licitação, a agência ainda não divulgou o número parcial de inscritos, mas o **Valor** apurou que as principais empresas do setor têm buscado informações sobre os 287 blocos que serão ofertados no leilão.

Entre os principais destaques da lista de interessados estão a Petronas (Malásia), Perupetro (Peru) e Niko (Canadá), que nunca participaram de licitações de blocos exploratórios no Brasil, mas que estão buscando dados sobre a rodada de setembro.

Embora o interesse não se traduza necessariamente em garantia de presença no leilão, as petroleiras dos mais diferentes perfis observam as oportunidades. A lista inclui desde gigantes do setor - ExxonMobil, BP, Shell, Total, Chevron e Rosneft -, a produtoras independentes, de menor porte, como a Karoon e a Petrosynergy.

Entre as brasileiras, Petrobras, Eneva (Parnaíba Gás Natural) e a Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP) acompanham os trâmites da licitação. Já entre as estrangeiras, também monitoram a 14ª rodada as chinesas CNPC, CNOOC e TEK; a portuguesa Petrogal; a angolana Sonangol; a colombiana Ecopetrol; e as americanas Newfield, Murphy Oil e a Oil & Gas Investment Group E&P.

"As petroleiras estão se movimentando [para participar do leilão]. Estamos observando um movimento interessante por parte das pequenas e médias petroleiras, de empresas que não têm muita tradição em exploração e produção no país, mas que têm feito consultas", conta Renato Kloss, sócio do setor regulatório e de infraestrutura do Siqueira Castro Advogados.

A ANP divulgou esta semana a versão final do edital e do modelo de contrato de concessão da 14ª rodada, com algumas mudanças regulatórias - como a redução dos índices de conteúdo local e a fixação de alíquotas de royalties para áreas de maior risco exploratório.

As novas regras foram bem recebidas pelas petroleiras. O Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), que em 2015 chegou a afirmar que as regras da 13ª rodada eram as "piores de todos os tempos", classificou as condições do leilão deste ano como um avanço regulatório.

A expectativa no mercado é que os resultados deste ano sejam melhores que os da 13ª rodada, considerada na indústria um dos leilões mais fracos da ANP. Na ocasião, foram arrematadas apenas 14% dos blocos ofertados.

Ao todo, a ANP ofertará 287 blocos, nas bacias de Campos, Pelotas, Santos, Espírito Santo, Sergipe-Alagoas, Paraná, Parnaíba, Potiguar e Recôncavo. A agência estima que as áreas oferecidas tenham um potencial de reservas de 50 bilhões de barris "in place" (volume total contido no reservatório, mas não necessariamente recuperável economicamente).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: Revisão de conteúdo local pode ter recurso à Justiça

Os membros do Movimento Produz Brasil, que reúne entidades setoriais e federações estaduais de indústrias contrárias à mudança da política de conteúdo local da cadeia de óleo e gás, devem se reunir na próxima semana para discutir estratégias de oposição à proposta da Agência Nacional de Petróleo (ANP) de retroagir a flexibilização dos índices de nacionalização para contratos vigentes. Alguns integrantes do grupo ameaçam entrar na Justiça, caso as sugestões da agência, sujeitas à consulta pública, sejam confirmadas.

Marco Polo de Mello Lopes, presidente do Instituto Aço Brasil, disse que a proposta da ANP representa um "rompimento de contrato inaceitável". "Se houve insistência [com a proposta de flexibilização], não tenha dúvidas de que vamos judicializar. Estamos tentando agendar um encontro para a semana que vem, para avaliar uma iniciativa global [entre os membros do movimento]."

A flexibilização dos atuais contratos faz parte do processo de regulamentação do "waiver" (pedido de perdão pelo não cumprimento dos índices de conteúdo local). "A ANP fala na assinatura de um aditivo contratual para não caracterizar uma quebra de contrato, mas é. As empresas participaram dos leilões [passados] sabendo das regras de conteúdo local. As petroleiras que ficaram em segundo lugar nas licitações passadas podem vir a recorrer [já que os compromissos de nacionalização faziam parte dos critérios de pontuação no leilão]", critica Marco Polo.

Além do Aço Brasil, a Abimaq, que representa os fabricantes de máquinas e equipamentos, também se posicionou. Recorrerá à Justiça, caso a medida da ANP vigore. Também participam do Movimento Produz Brasil, entre outras, as associações Abemi (engenharia industrial) e Abinee (equipamentos elétricos e eletrônicos), Sinaval (construção naval) e sete federações estaduais de indústrias.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Rafael Bitencourt****Título: Petrobras vence disputa com ANP sobre royalties**

O presidente Michel Temer acolheu interpretação de norma do setor de petróleo que beneficia a Petrobras na disputa com a Agência Nacional de Petróleo (ANP) sobre a metodologia de cálculo de royalties e participações especiais do campo de Lula.

A suposta irregularidade estaria na venda de petróleo entre empresas do mesmo grupo, o que resultou em pagamento menor de encargos ao governo. A análise jurídica considera que tal manobra pode "resultar em valor inferior de royalties em relação ao que seria obtido por venda direta para o consumidor final", mas não torna a estratégia da Petrobras "ilegal e passível de aplicação de sanções".

No entendimento do governo, somente caberia punição se houvesse proibição expressa à forma de cálculo usada. A análise ressalta que a ANP "está obrigada a observar a metodologia revista no ato normativo por ela editado".

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Claudia Safatle****Título: Governo corta mais R\$ 5,9 bi e sobe imposto**

O governo anunciou o contingenciamento de mais R\$ 5,9 bilhões do Orçamento este ano, aumentou a partir de hoje o PIS/Cofins sobre a gasolina, o diesel e o etanol e deixou claro que fará o que for necessário para encerrar o ano com a meta de déficit primário de R\$ 139 bilhões cumprida. Ao reafirmar o compromisso com a meta fiscal, o presidente Michel Temer quis preservar o capital político que ainda tem com as forças do mercado que o sustentam, hoje, em meio à crise que envolve o seu governo.

O corte adicional que eleva o contingenciamento para R\$ 44,8 bilhões - uma soma "insustentável", segundo uma autoridade disse ao **Valor** -foi decidido ontem como uma medida "temporária" até que se viabilize alguma das receitas extraordinárias com as quais a área econômica conta para fechar as despesas do ano. Dentre essas estão a venda da Caixa Seguradora e a concessão da Lotex (antiga raspadinha).

Segundo a fonte, esse corte, se não for revertido nos próximos meses, vai comprometer o funcionamento mínimo da administração federal e causar prejuízos na prestação de serviços públicos básicos à população.

Apesar de ter uma meta de déficit primário aparentemente frouxa, a perda de receitas que foi de R\$ 35 bilhões no ano, até agora, compromete o seu cumprimento. As receitas esperadas não se confirmaram seja porque a inflação caiu mais do que se previa, ou porque o Congresso não aprovou as medidas enviadas pelo Executivo. A reoneração da folha de salários das empresas, por exemplo, não foi sequer votada e pode caducar no próximo mês. A repatriação de recursos no exterior e o novo Refis não vão render o que se esperava.

O aumento de impostos sobre combustíveis, conforme decreto assinado por Temer, deve gerar cerca de R\$ 10,42 bilhões aos cofres públicos este ano e algo próximo a R\$ 26 bilhões em 2018.

Embora o governo tenha adiado até onde foi possível a elevação de impostos, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse ontem que a medida foi necessária por causa da queda da arrecadação e da recessão herdada dos últimos anos. "Os resultados principalmente das empresas e, também, do setor financeiro, refletiram os prejuízos acumulados nos últimos dois anos que estão sendo amortizados este ano", disse o ministro. Para ele, o mais importante está sendo preservado: a responsabilidade fiscal.

A medida entra em vigor hoje e representará um aumento de preços, na bomba, de cerca de 8%, conforme previsão oficial. O PIS/Cofins sobre a gasolina mais do que dobrou, de R\$ 0,3816 por litro para R\$ 0,7925 por litro. Sobre o diesel o aumento foi de R\$ 0,2480 para R\$ 0,4615. No caso do etanol, a alta para o produtor foi mais suave, passando de R\$ 0,12 para R\$ 0,1309, mas para o distribuidor saiu de zero para R\$ 0,1964.

No relatório bimestral de receitas e despesas da União, que será divulgado hoje, ficará evidente que o foco do déficit público está na Previdência Social, salientou a fonte. Enquanto o Tesouro deverá produzir um superávit este ano de R\$ 45 bilhões, o INSS terá déficit de R\$ 185 bilhões. Isso sem considerar o déficit da previdência do funcionalismo público.

Depois que Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou parecer contra a denúncia de Temer, a área econômica acredita que a situação está mais favorável para o governo retomar a tramitação da reforma da Previdência e começar a votar a proposta ainda em agosto.

O presidente retomou o controle do processo, na avaliação da autoridade, pois quem terá que garantir quórum de 342 deputados para votar contra o parecer

favorável a Temer, no plenário, é a oposição. O cenário, portanto, começa a desanuviar e torna possível avançar na Previdência, acredita.

Melhor, nesse sentido, é sair do "impasse", ver o que o governo consegue aprovar da proposta original e que ações complementares serão necessárias para cobrir o que não passar no Congresso, indicou a fonte.

Enquanto administra a frustração da arrecadação de curto prazo, os técnicos do governo aprofundam os estudos sobre a mudança estrutural da tributação. Está mais do que claro para o Fisco que o sistema tributário nacional é mais centrado na indústria, enquanto os setores que crescem mais são os de serviços, exportações e agricultura.

A expectativa, na área econômica, é que a reforma tributária saia do discurso para a vida real e corrija essa deficiência, tributando mais a renda do que os bens produzidos por esses setores.

A carga tributária caiu dois pontos percentuais do PIB nos anos recentes. Começou a perder força a partir de 2010 e isso devido ao modelo em vigor e não por causa do ritmo de expansão da atividade.

Para o governo, não está claro que o aumento do imposto sobre combustíveis e o contingenciamento adicional esgotam as medidas de natureza fiscal para fechar as contas federais este ano. Isso só vai ficar resolvido quando se tiver mais certeza sobre o ingresso de receitas extraordinárias no caixa da União.

O Tesouro Nacional contava, por exemplo, com o ingresso de R\$ 2,5 bilhões de reestruturação de dívida de outorga do aeroporto do Galeão que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) não fechou. "Agora temos que correr atrás dessas receitas que ainda não performaram" para liberar uma parte do contingenciamento, adiantou a fonte.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes

Título: China lidera e produção mundial de aço cresce 3%

A produção mundial de aço bruto, considerando-se os 67 países que informam seus dados à Worldsteel, entidade que reúne as principais fabricantes do insumo no mundo, totalizou 141 milhões de toneladas em junho, alta de 3,2% frente as 136,6 milhões de toneladas produzidas um ano antes, influenciada principalmente pela melhora nos volumes na China.

Com esse desempenho, no acumulado do primeiro semestre, a produção mundial de aço bruto ficou em 836 milhões de toneladas, crescimento de 4,5%.

Conforme a Worldsteel, a taxa de utilização da capacidade instalada das siderúrgicas globais no mês passado foi de 73%, alta de 1,3 ponto percentual frente a maio. Na comparação com junho de 2016, houve crescimento de 1,4 ponto percentual.

No Brasil, cujos dados serão divulgados pelo Instituto Aço Brasil na próxima quarta-feira, a produção de aço bruto totalizou 2,6 milhões de toneladas no mês passado, expansão de 4%. No primeiro semestre, a alta foi de 12,4%, para 16,7 milhões de toneladas.

Na China, maior produtora mundial, a produção em junho foi de 73,2 milhões de toneladas, alta de 5,7%. Segundo a Worldsteel, a produção total de aço no país asiático, no primeiro semestre, foi confirmada em 419,7 milhões de toneladas, expansão de 4,6%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Energisa tem rating 'BB'

A agência de classificação de risco S&P manteve o rating em escala global da Energisa em "BB" e em escala nacional em "brAA-". As notas se mantiveram em observação negativa para possível rebaixamento. Segundo a S&P, o desempenho operacional e financeiro da Energisa foi ligeiramente acima das expectativas nos últimos trimestres. "A empresa continua avançando as operações das distribuidoras que adquiriu da Rede Energia. Além disso, durante o ano de 2016, o grupo conseguiu recuperar integralmente seus ativos regulatórios", afirma a agência em nota. A instituição defende ainda que a estrutura da companhia melhorou, principalmente depois do aumento de capital realizado no ano passado.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia e Ivo Ribeiro****Título: Petrobras tenta derrubar processo da J&F no Cade**

A Petrobras e a Âmbor Energia, empresa controlada pelo grupo J&F - holding dos negócios da família Batista, tocada pelos irmãos Joesley e Wesley -, iniciaram nesta semana um novo capítulo da disputa que já se arrasta há mais de dois anos, referente ao abastecimento de gás para a geração de energia em uma termelétrica em Mato Grosso (MT).

O **Valor** teve acesso a uma petição apresentada pela petroleira ao Conselho de Administração de Defesa Econômica (Cade) pedindo que o órgão antitruste archive o processo movido pela Âmbor contra a Petrobras por monopólio na venda do gás natural para geração de energia elétrica.

A briga pelo gás da termelétrica, que vem desde o início de 2015, quando a J&F comprou a usina, ficou conhecida em todo o país ao dar origem à denúncia da Procuradoria Geral da República (PGR) contra o presidente Michel Temer, depois que o ex-deputado Rodrigo Rocha Loures foi flagrado recebendo dinheiro da J&F supostamente para beneficiar a empresa na disputa no Cade com a Petrobras.

Depois que veio à tona o envolvimento da J&F na tentativa de influenciar o Cade, a Petrobras rescindiu o contrato de fornecimento de gás com a Âmbor Energia e passou a se concentrar em tentar derrubar o processo.

Além de alegar a inexistência de "condutas anticompetitivas" por parte da termelétrica, a estatal argumenta ainda, na petição arquivada no Cade, que a Âmbor tentou "instrumentalizar o poder público aos seus interesses" ao apresentar representações à autarquia "na tentativa de viabilizar empreendimento termelétrico de duvidosa sustentabilidade econômica."

Conforme apurou o **Valor**, em sua petição ao órgão antitruste, a estatal lembra sempre o envolvimento da Âmbor Energia com as tentativas da J&F de influenciar o Cade contra a Petrobras, que veio à tona na delação premiada de Joesley e outros diretores da JBS.

A Petrobras arquivou um documento de 35 páginas, ressaltando que o processo não se relaciona com a defesa da concorrência, mas "com a busca de maximização de ganhos privados".

A disputa em questão se refere ao fornecimento de gás para a termelétrica de Cuiabá, de 480 megawatts (MW) de potência, que é representada como Empresa

Produtora de Energia (EPE). A usina tem um gasoduto conectado diretamente a Bolívia e um contrato de gás interruptível com a estatal daquele país, a YPFB.

Neste ano, em abril, a Âmbar firmou um contrato com a Petrobras, com prazo até dezembro, mas o mesmo foi suspenso pela estatal sobre alegação de que a empresa dos Batista feriu uma das cláusulas do contrato.

O principal problema entre as duas partes, origem do processo no Cade em 2015, é que a Petrobras tem a prioridade no fornecimento de gás com a Bolívia, e a termelétrica acaba dependendo da compra de gás da estatal.

A Âmbar alega que a estatal cobra preços excessivos sempre que o valor à vista de energia sobe e passa a valer a pena despachar a termelétrica - que tem um custo mais caro de geração exatamente por causa do combustível. O monopólio da estatal sobre o fornecimento do insumo é questionado no processo.

A Petrobras, por sua vez, diz que os preços que eram negociados com a usina da J&F - antes da rescisão do contrato, no início de junho - eram baseados em condições de mercado e espelhavam os termos de contratos assinados com outros clientes.

Em 8 de junho, a Petrobras notificou a Âmbar sobre a extinção antecipada do contrato que tinha sido firmado em 13 de abril, alegando a violação de uma cláusula contratual anticorrupção. Para a operadora da termelétrica, a cláusula não poderia ser utilizada pois os supostos atos de corrupção foram realizados antes do novo contrato ser firmado, e foram de responsabilidade da holding, não da companhia.

Ainda assim, a Petrobras está aproveitando a rescisão do contrato para pedir o arquivamento do processo, alegando que, quando a J&F comprou a termelétrica, no início de 2015, nada autorizava o grupo a acreditar que a usina era um ativo "maduro e operacional", pois "o histórico do empreendimento apontava o contrário."

A estatal alega ainda que o histórico de negociações entre a termelétrica e ela demonstra que "os atuais controladores adquiriram a UTE Cuiabá sem plano de negócios que assegurasse fornecimento de gás natural para a usina." Em seu pedido, diz que, inicialmente, a J&F pretendia assegurar fornecimento de gás natural à termelétrica ao transferir para si parte do contrato de gás celebrado entre a Petrobras e a Bolívia, com preços específicos. "A Petrobras afirmou, desde o início, que tal proposta era inadequada e inaceitável."

A companhia diz que a proposta da J&F, de obrigar a Petrobras a assinar um termo de obrigação de fornecimento não interruptível de gás da Bolívia no

montante de 2,2 milhões de metros cúbicos por dia, não tinha fundamento e exporia a estatal a "inaceitáveis prejuízos econômicos."

Procurada, a Petrobras preferiu não se manifestar. A direção da Âmbar também não comentou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: BBCE vê com otimismo reforma do setor elétrico

A BBCE, plataforma eletrônica de leilão contínuo para comercialização de energia, administrada por várias comercializadoras, prevê acelerar seu ritmo de crescimento com as reformas propostas pelo Ministério de Minas e Energia no setor elétrico, que incluem a expansão gradual do mercado livre de energia. A separação entre lastro e energia, por exemplo, pode permitir a criação de novos produtos pela plataforma, disse Victor Kodja, presidente da BBCE.

No primeiro semestre de 2017, foram negociados 7.316 megawatts (MW) de energia pela plataforma, uma média de 1.200 MW por mês. O volume financeiro total negociado foi de R\$ 1,2 bilhão. Segundo o executivo, o objetivo é chegar a uma média de 1.500 MW negociados por mês no próximo ano.

O crescimento em relação a 2016 é expressivo. No primeiro semestre do ano passado, a BBCE registrou o volume de 3.109 MW em negociações. A expansão é reflexo da estratégia comercial de aumentar o número de participantes na plataforma, principalmente geradores de energia.

Apenas em junho, foram registrados 455 contratos, representando 1.463 MW e R\$ 195 milhões.

Segundo Kodja, a BBCE tem atraído de quatro a cinco novas empresas operando pela plataforma a cada mês. O objetivo da empresa é se tornar uma referência nesse mercado, ainda muito iniciante no Brasil. Em cinco anos de operação, já negociou mais de 22 mil MW em contratos, movimentando R\$ 4,5 bilhões.

As mudanças no marco regulatório do setor têm o potencial de ajudar na aceleração desse crescimento, segundo o executivo. "Por princípio, a liberação do mercado livre, por exemplo, é positiva. Mas precisamos ver como o processo será feito", ponderou.

A proposta de reformulação do mercado regulatório do setor elétrico, que foi colocada em consulta pública pelo Ministério de Minas e Energia (MME), prevê a

redução gradual dos limites de migração ao mercado livre até 2028. Outro ponto importante é a separação entre lastro e energia, com leilões negociando exclusivamente o lastro para segurança energética do país. Como a discussão ainda está em consulta e é inicial, Kodja apontou que é necessário avaliar com maior cautela antes de uma posição firme sobre as mudanças.

A expansão do mercado livre cria ainda um desafio para o segmento de distribuição de energia, disse Kodja. Por isso, ele não vê o prazo até 2028 como muito longo. "O governo adotou uma ação cautelosa ao projetar uma liberação do mercado por um período mais longo. Se as condições permitirem, eles podem antecipar em alguns anos", disse.

"O desafio para as distribuidoras é muito grande, elas vão mudar de papel", disse Kodja. Para ele, o novo modelo precisa ser "muito bem estruturado", para incorporar a expansão do mercado livre a da geração distribuída.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Alessandra Saraiva

Título: S11D faz Vale ter recorde de produção de minério

O relatório de produção da Vale no segundo trimestre, anunciado ontem, mostrou mais um recorde na produção de minério de ferro. A companhia retirou de suas minas 91,85 milhões de toneladas entre abril e junho, maior volume para um segundo trimestre, 5,8% a mais que as 86,82 milhões de toneladas de igual período do ano passado e 6,6% acima das 86,198 milhões de toneladas produzidas no primeiro trimestre de 2017.

A companhia afirmou ainda que a produção anual deverá ficar próxima ao limite inferior da faixa de 360 milhões a 380 milhões de toneladas, "em linha com a estratégia atual de maximização da margem". Para o longo prazo, a meta de produção de minério de ferro foi mantida em 400 milhões de toneladas/ano.

Para maximizar as margens, a companhia continuou aumentando os volumes de minério "blendados" em seus centros de distribuição na Ásia. Entre abril e junho, esse volume chegou a 14,8 milhões de toneladas, 3,7 milhões de toneladas a mais que no segundo trimestre de 2016 e 9,8 milhões de toneladas a mais que em igual período de 2015. Segundo a Vale, esse aumento é "resultado da estratégia atual de trazer maior flexibilidade à cadeia integrada de valor".

Além disso, a empresa informou que o percentual de estoques offshore em relação ao total estocado aumentou de 15%, em 2015 e 2016, para 28%, no segundo trimestre deste ano, refletindo a estratégia de deslocamento dos

estoques ao longo da cadeia e para mais perto dos clientes. "A expectativa é de que os estoques offshore representem em torno de 30% do total do inventário ao final de 2017. As atividades de 'blending offshore' requerem o incremento dos estoques offshore e, conseqüentemente, leva temporariamente a menores volumes de venda, quando comparados aos embarques do Brasil", detalhou a companhia no relatório de ontem.

O teor de ferro médio produzido pela companhia foi de 63,8% no segundo trimestre, permanecendo em linha com o teor de ferro médio do primeiro trimestre. Os esforços para aumento de margem no negócio de minério de ferro acontecem em meio a uma queda significativa dos preços nos portos chineses no segundo trimestre.

O minério com teor médio de 62% no porto de Qingdao fechou o último dia de junho valendo US\$ 64,95, uma alta de 13,9% frente a maio. Mas na média do segundo trimestre, o preço de US\$ 62,99 ficou 26,4% abaixo da média de US\$ 85,63 dos três primeiros meses do ano.

Em seu relatório, a mineradora comentou que o incremento da produção no segundo trimestre foi favorecido pelo avanço do projeto S11D em Carajás, no Pará, maior projeto de minério de ferro da companhia, com previsão de 90 milhões de toneladas anuais. Segundo a Vale, a produção no Sistema Norte, que compreende as minas de Carajás, Serra Leste e S11D, no segundo trimestre, foi de 41,494 milhões de toneladas, 13,7% acima de segundo trimestre do ano passado, quando atingiu 36,493 milhões de toneladas. Na comparação com primeiro trimestre de 2017, quando somou 35,974 milhões de toneladas, a produção do Sistema Norte subiu 15,3%.

Já a produção de pelotas no segundo trimestre foi de 12,215 milhões de toneladas, 21,5% maior que em igual período de 2016, quando a produção foi de 10,049 milhões de toneladas. Em comparação com o primeiro trimestre, no entanto, quando a companhia somou 12,422 milhões de toneladas, houve recuo de 1,7% na produção de pelotas no segundo trimestre.

A produção de carvão da Vale no segundo trimestre foi de 3,037 milhões de toneladas, originada exclusivamente das operações da empresa em Moçambique - um aumento de 142,7% nas operações da companhia naquele país ante igual período no ano passado. Na comparação com primeiro trimestre deste ano, quando atingiram 2,434 milhões de toneladas, o aumento foi de 24,8%.

Em contrapartida, a produção de cobre somou 102,7 mil toneladas, 4,4% abaixo do segundo trimestre de 2016, quando atingiu 107,4 mil toneladas, e 5,8% abaixo de primeiro trimestre deste ano, quando somou 109 mil toneladas. Já a produção

de níquel atingiu 65,9 mil toneladas, 16,1% menor do que a do segundo trimestre de 2016; e 7,8% abaixo de primeiro trimestre deste ano - quando atingiram 78,5 mil toneladas; e 71,4 mil toneladas, respectivamente.

MME / ASCOM